



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PAD N.º 8.369/2019

49/2019

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS E AUXILIARES À ADMINISTRAÇÃO**

RELATÓRIO FINAL

Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e auxiliares à Administração. O Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União e no site Comprasnet, bem como disponibilizou o edital no portal da transparência do TRE-BA.

Aos 3º (terceiro) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 13:30h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designada pela Portaria n.º 71, de 04 de abril de 2019, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente certame.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentada, em seguida, passou para fase de lances, conforme Ata acostada aos autos (doc. 4745/2020).

Encerrada a supramencionada etapa, com a classificação das licitantes, iniciou-se a fase de aceitação das propostas. Onde a empresa, E.R.P. de Oliveira Comércio de Informática e Serviços, classificada provisoriamente em primeiro lugar para o item em disputa; enviou tempestivamente no prazo de 24 horas a planilha de custos para análise. Ao proceder a conferência da planilha enviada pelo licitante (doc 5296/2020), o Pregoeiro constatou equívoco na soma das parcelas referente ao ano eleitoral, o qual apontava o montante de R\$ 1.866.668,78, quando o correto seria de R\$ 2.273.048,71. O saneamento da incorreção implicaria a elevação do valor informado na fase de lance de R\$



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

3.697.868,41 para R\$ 4.104.248,34. Instado a se manifestar, o licitante reconheceu o equívoco e diante da impossibilidade de compatibilizar o montante da planilha com o valor do lance ofertado, pois não é possível majorar o valor inicial do lance. Por esta razão o licitante declinou da proposta visto que a mesma mostrava-se inexecutável.

Após recusar a proposta em comento, o Pregoeiro empreendeu negociação com a empresa Ágil Comercio & Serviços, classificada em segundo lugar. Convocada através do chat para enviar as planilhas de custos e formação de preço dos postos de trabalho, conforme previsto na condição 8.1 do Edital a licitante ficou-se inerte decorrendo o prazo de 24 horas sem manifestação, culminando com desclassificação da proposta. Razão pela qual o Pregoeiro informou a ocorrência a SELIC (doc 5787/2020) para fins de instauração de processo administrativo para apurar a conduta da empresa licitante, segundo Portaria 305/2019 do TRE-BA.

Em sequência, coube ao Pregoeiro convocar a empresa, MAXSERV - Serviços de Conservação e Limpeza Ltda, classificada na terceira colocação. Após as negociações de praxe a empresa reduziu o valor de sua proposta em R\$ 5,00 (cinco reais). O Pregoeiro insistiu na negociação e apresentou contraproposta no valor de R\$ 3.800.000,00, a qual não foi aceita pela empresa licitante. A empresa foi instada a enviar as planilhas de custos e formação de preço de mão de obra, bem como demais documentos, consoante previsão insculpida na condição 8.1 do Edital. As planilhas foram enviadas tempestivamente no prazo assinalado. Após sua conferência e o saneamento de inconsistência verificada na rubrica vale alimentação, a proposta foi aceita embora persistissem diferenças mínimas oriunda de arredondamento de valores.

Na fase de Habilitação, todos os documentos foram enviados no prazo de 2 horas, após análise do SICAF e consulta aos sites de que tratam a condição 11.10 do edital. O Pregoeiro autenticou as Certidões Negativa Falência e Concordata, condições 11.1.6.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ainda na fase de habilitação, o Pregoeiro procedeu à análise dos índices financeiros com supedâneo no balanço patrimonial encerrado em 31/12/2018, estando em consonância com as exigências delineadas na condição 11.1.6.1 do Instrumento Convocatório. Em seguida foram analisados os atestados de capacidade técnica, segundo as diretrizes constantes na condição 11.1.7, não se encontrando inconsistências nos documentos apresentados.

Por fim, constatamos impedimento indireto de licitar e contratar com a União, por existir sócio comum entre a empresa vencedora do certame e a empresa apenada. Entretanto ao analisar o relatório do SICAF verificou-se que a empresa, MAXSERV - Serviços de Conservação e Limpeza Ltda, vencedora do certame foi aberta em, **13/11/2000** ao passo que a empresa apenada, SEVMAX - Vigilância foi aberta no dia 24/03/2011, nesta linha de entendimento não se pode inferir, que a empresa vencedora foi constituída para burlar a pena imposta a empresa sancionada. O Pregoeiro com o propósito de robustecer o entendimento, como também oportunizar a licitante vencedora o exercício da ampla defesa, solicitou que esta se manifestasse à respeito da ocorrência impeditiva indireta. A empresa se manifestou através do documento (5066/2020 pág 36) acostado aos autos.

Diante dos argumentos apresentados o pregoeiro optou por habilitar a licitante vencedora, até porque a pessoa jurídica da empresa difere da pessoa física dos sócios. Entretanto submeto o opinativo ao crivo da ASSESD que poderá ter percepção diversa do Pregoeiro, inclusive reverter à habilitação.

Encerrado o prazo para registro da intenção de interpor recurso, o licitante MC - Prestações de Serviços de Limpeza apresentou intenção de recorrer alegando inobservância ao princípio da legalidade e as normas que regem o Edital. O pregoeiro aceitou a intenção de recurso do licitante conferindo-lhe o prazo de três dias úteis para apresentação da peça recursal, que deveria ser juntada ao sistema comprasnet até o dia 10.01.2020. Todavia ocorreu o decurso do prazo sem manifestação do licitante, ou seja o recurso não foi interposto. Considerando a falta de objetividade da intenção de recurso apresentada, pois a mesma mostrou-se genérica não especificando os pontos que desobedeceram à



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

norma legal e também o Edital. O Pregoeiro adjudicou o objeto ao licitante vencedor, mesmo com a percepção de que a falta de apresentação da peça recursal não o eximiria de se manifestar. Pois, o Princípio da Autotutela consiste no poder-dever que a Administração Pública tem de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade.

Deste modo, a sessão foi encerrada, às 13:06, do dia 07.01.2020.

É o Relatório que submeto à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de janeiro de 2020.

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro